



Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020		(Em milhares de reais)	
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		554.488	70.956
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.451	60.003
Investimento de curto prazo	5	540.640	—
Contas a receber de clientes	7	10.181	10.168
Adiantamento a fornecedores		751	377
Despesas pagas antecipadamente		449	384
Outros ativos		16	24
Não circulante		317.020	314.970
Títulos e valores mobiliários	6	—	6.960
Tributos e contribuições sociais a compensar		50	50
Outros ativos		586	887
Imobilizado	8	291.900	301.676
Intangível	9	24.484	5.397
Total do ativo		871.508	385.926
Passivo			
Circulante		30.272	82.763
Fornecedores	10	2.343	7.269
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	12.434	17.780
Arrendamentos	15.1	57	49
Salários e férias a pagar		684	649
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	4.879	2.584
Dividendos declarados	15.1	8.176	52.613
Uso do bem público	9	450	450
Encargos setoriais		1.249	1.369
Não circulante		611.870	99.875
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	599.547	91.621
Arrendamentos	15.1	492	142
Uso do bem público	9	4.264	3.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	6.013	—
Provisão para contingências	14	—	3.030
Outras obrigações		1.554	1.534
Patrimônio líquido	16	229.366	203.288
Capital social		168.270	168.270
Reserva de lucros		61.096	35.018
Total do passivo e do patrimônio líquido		871.508	385.926

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional: A Foz do Rio Claro Energia S/A (Companhia), é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng^o José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), o Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Eng^o José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, com potência instalada mínima de 68,4 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1 ^a	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
2 ^a	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	39 MW (megawatts)

Impactos da COVID-19: Desde o início da pandemia e até o momento a Administração da Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua. Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia. A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: reavaliamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias: A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2022.

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas para sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise de redução ao valor recuperável, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 7 - Contas a receber de clientes; Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); • Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos; passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão. • Nota 14 - Provisões para contingências; reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3. Sumário das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como o VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • com o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os ativos geridos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamos com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor

Demonstração do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020		(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação)	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		18	81.953
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(19.440)	(19.176)
Compra de energia elétrica		(8.974)	(6.658)
Recuperação de custo - Extensão da concessão		18.921	—
Depreciação e amortização		(10.070)	(9.934)
Utilização do bem público - UBP		(76)	(83)
	19	(19.641)	(35.851)
Lucro bruto		62.312	40.163
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(2.540)	(1.062)
Pessoal		(1.710)	(1.875)
Honorários da diretoria e conselho de administração	15.3	(338)	(246)
Depreciação e amortização		(110)	(70)
Outras receitas		43	160
	19	(4.655)	(3.093)
Lucro antes do resultado financeiro		57.657	37.070
Despesas financeiras	20	(20.490)	(8.588)
Receitas financeiras		9.593	128
	20	(10.897)	(8.455)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		46.760	28.615
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(5.904)	(2.528)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(6.433)	—
Lucro líquido do exercício		34.423	26.087
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,3167	0,2400
Lucro básico e diluído por ação preferencial - R\$		0,3167	0,2400

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		34.423	26.087
Outros resultados abrangentes		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		34.423	26.087

justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativo Financeiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados a custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensuradas como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados a custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas como termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 9, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046. **3.6 Tributação: Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão a partir de 2022, momento em que a Companhia passará de lucro presumido para lucro real. **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicados nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.9 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; e (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação às obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física equivalente a 39 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 236,14 MW/h (R\$ 224,98 MW/h em 2020), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006. (ii) Ajuste positivo CCEE: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Equilíbrio das Diferenças - PLD. **3.10 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A taxa de juros efetiva é calculada descontando exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. **3.12 Informação por segmento:** A Companhia é

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020		(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		168.270	4.042	51.085	—
Dividendos distribuídos		—	—	(40.000)	(40.000)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	26.087
Reserva legal		—	1.304	—	(1.304)
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	(6.196)
Transferência para reserva de lucros		—	—	18.587	(18.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		168.270	5.346	29.672	203.288
Dividendos distribuídos		—	—	(169)	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	34.423
Reserva legal		—	1.721	—	(1.721)
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	(8.176)
Transferência para reserva de lucros		—	—	24.526	(24.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		168.270	7.067	54.029	229.366

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020		(Em milhares de reais)	
	Nota		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Imobilizado: A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

Em serviço	Taxa média anual de depreciação		Adições		Baixa		Outros		Transfe-rências	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Terenos	-	8.771	-	-	-	-	(25)	-	-	8.746
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2%	121.767	-	-	-	-	-	-	-	121.767
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias	2%	99.029	-	-	-	-	-	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	169.004	190	-	-	-	-	-	-	169.194
Veículos	15%	60	-	-	-	-	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	53	-	-	-	-	-	-	-	53
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	320	-	-	-	-	464	-	-	784
Em curso	-	4.701	-	-	-	-	(357)	-	-	4.344
Total do custo do imobilizado		403.705	190				82			403.977
Depreciação										
Reservatórios, Barragens e Aduadoras		(27.718)	(2.664)	-	-	-	-	-	-	(30.382)
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias		(21.098)	(2.024)	-	-	-	-	-	-	(23.122)
Máquinas e Equipamentos		(52.983)	(5.246)	-	-	-	-	-	-	(58.229)
Veículos		(58)	(2)	-	-	-	-	-	-	(60)
Móveis e Utensílios		(30)	(2)	-	-	-	-	-	-	(32)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(142)	(110)	-	-	-	-	-	-	(252)
Total da depreciação		(102.029)	(10.048)							(112.077)
Total do imobilizado líquido		301.676	(9.858)				82			291.900

*Outros refere-se a remensuração de arrendamentos.

Em serviço	Taxa média anual de depreciação		Adições		Baixa		Outros		Transfe-rências	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Terenos	-	8.746	-	-	-	-	-	25	-	8.771
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2%	120.376	-	-	-	-	-	1.391	-	121.767
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias	2%	99.029	-	-	-	-	-	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	168.931	94	(21)	-	-	-	-	-	169.004
Veículos	15%	60	-	-	-	-	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	55	-	(2)	-	-	-	-	-	53
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	325	-	(5)	-	-	-	-	-	320
Em curso	-	4.425	1.692	-	-	-	-	(1.416)	-	4.701
Total do custo do imobilizado		401.947	1.786	(28)						403.705
Depreciação										
Reservatórios, Barragens e Aduadoras		(25.053)	(2.665)	-	-	-	-	-	-	(27.718)
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias		(19.073)	(2.025)	-	-	-	-	-	-	(21.098)
Máquinas e Equipamentos		(47.758)	(5.228)	3	-	-	-	-	-	(52.983)
Veículos		(51)	(7)	-	-	-	-	-	-	(58)
Móveis e Utensílios		(29)	(3)	2	-	-	-	-	-	(30)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(73)	(69)	-	-	-	-	-	-	(142)
Total da depreciação		(92.037)	(9.997)	5						(102.029)
Total do imobilizado líquido		309.910	(8.211)	(23)						301.676

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2021 refere-se a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos da COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

9. Intangível: A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

Em serviço	Taxa média anual de depreciação		Adições		Baixa		Outros		Transfe-rências	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terenos	-	8.746	-	-	-	-	-	-	-	8.771
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2%	120.376	-	-	-	-	-	-	-	121.767
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias	2%	99.029	-	-	-	-	-	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	168.931	94	(21)	-	-	-	-	-	169.004
Veículos	15%	60	-	-	-	-	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	55	-	(2)	-	-	-	-	-	53
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	325	-	(5)	-	-	-	-	-	320
Em curso	-	4.425	1.692	-	-	-	-	(1.416)	-	4.701
Total do custo do imobilizado		401.947	1.786	(28)						403.705
Depreciação										
Reservatórios, Barragens e Aduadoras		(25.053)	(2.665)	-	-	-	-	-	-	(27.718)
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias		(19.073)	(2.025)	-	-	-	-	-	-	(21.098)
Máquinas e Equipamentos		(47.758)	(5.228)	3	-	-	-	-	-	(52.983)
Veículos		(51)	(7)	-	-	-	-	-	-	(58)
Móveis e Utensílios		(29)	(3)	2	-	-	-	-	-	(30)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(73)	(69)	-	-	-	-	-	-	(142)
Total da depreciação		(92.037)	(9.997)	5						(102.029)
Total do imobilizado líquido		309.910	(8.211)	(23)						301.676

11. Empréstimos e financiamentos: (a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Circulante	31/12/2021		31/12/2020	
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos de dívidas
BNDES	-	-	-	-
1º Emissão de Debêntures	15/03/2027	2,44%	-	-
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	-	-
Total				
BNDES	-	-	-	-
1º Emissão de Debêntures	15/03/2027	2,44%	-	-
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	-	-
Total				
Total geral				

BNDES: O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção e a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligação Nacional da Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Foz do Rio Claro Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE- Contratos de compra e venda de energia, CCEAR - Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outros). O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de junho de 2008 a agosto de 2010. Este contrato de financiamento possui as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJP acrescido de juros de 2,44% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. aditivo contratual ocorrido em 2 de junho de 2010: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração do vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de abril de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de março de 2027. A Companhia possuía os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente: • Índice de capitalização > 25%; • Índice de cobertura de serviço da dívida > 1,2; Em 31 de dezembro de 2020 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (CSD). Em 19 de outubro de 2021 a Companhia realizou a quitação dos contratos de financiamento de BNDES no valor de R\$ 95.649. **1º emissão de debêntures:** Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia + 1,70% a.a., expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil. As amortizações são em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devido em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem condições restritivas ("covenants") a serem apuradas pela fiduciária e apresentadas trimestralmente ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

31/12/2020	Encargos	Amortização	31/12/2021	
			Encargos	Amortização
BNDES	109.401	-	6.373	(109.073)
1º Emissão de Debêntures	-	600.000	12.513	-
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(549)	17
Total	109.401	599.451	19.267	(109.073)
BNDES	113.594	-	7.940	(8.115)
1º Emissão de Debêntures	-	600.000	12.513	-
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(79)	(79)
Total	113.594	600.000	14.921	(8.204)

12. Tributos e contribuições sociais a recolher:

31/12/2021	31/12/2020
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	2.386
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.296
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	105
Programa de Integração Social - PIS	184
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	848
Outros	60
Total	4.879

13. Imposto de renda e contribuição social diferido:

Ativo (i)	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Imposto de renda diferido	309	-	309	-
Contribuição social diferida	111	-	111	-
Total	420	-	420	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	420	-	420	-
Passivo (ii)				
Base de cálculo - extensão da concessão	-	-	-	18.921
Imposto de renda diferido	21	-	-	(4.730)
Contribuição social diferida	21	-	-	(1.703)
Total	420	-	420	(6.433)

15.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

Benefícios de curto prazo (a)

31/12/2021	31/12/2020
Remuneração do conselho	(280)
Total	(59)
(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.	(338)
Total	(246)

16. Patrimônio líquido: 16.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento S.A.	67.717.177	100	40.991.800	100
AF Energia S.A.	1	0,00	1	0,00
Total das ações	67.717.178	100	40.991.800	100

Acionistas

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento S.A.	67.717.177	100	8.198.360	20
Fundo de Investimento - FGTS	-	-	32.793.440	80
Total das ações	67.717.177	100	40.991.800	100

Em 24 de agosto de 2021, a Companhia Alupar Investimento S.A. exerceu o seu direito para aquisição da totalidade das ações preferenciais detidas pelo FI-FGTS. Com esta aquisição a participação a Companhia Alupar Investimento S.A. elevou sua participação total de 69,83% (sessenta e nove, oitenta e três por cento)

Em serviço

Em serviço	Taxa média anual de amortização		Adições		Baixa		Outros		Transfe-rências	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Serviços (i)	-	4.303	-	-	-	-	-	-	-	4.303
Software	20%	101	11	-	-	-	-	-	-	112
Outros intangíveis	19%	187	-	-	-	-	-	-	-	187
Uso de bem público (ii)	3%	2.593	-	-	-	-	-	-	-	2.593
Total do custo do intangível		7.184	11							7.195
Amortização										
Software		(77)	(6)	-	-	-	-	-	-	(83)
Outros intangíveis		(186)	-	-	-	-	-	-	-	(186)
Uso do bem público - UBP		(1.446)	(83)	-	-	-	-	-	-	(1.529)
Total da amortização		(1.709)	(89)		</					

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. **24. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e os correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	678	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2022
Total	2.318.112	977	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis,

equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

25. Eventos subsequentes: Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ("EAPI"), realizada em 06 de janeiro de 2022, a Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz") realizou um aumento de capital no valor de R\$ 30.000, correspondente a 30.000.000 de ações ordinárias na EAPI, com renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações. O aporte financeiro por parte da Foz foi realizado em 17 de janeiro de 2022. Com o aumento de capital realizado a acionista Alupar Investimento S.A. ("Alupar") passou a deter 42,67%, a AF 0,04% e a Foz 57,29% do capital social da EAPI. Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ("EAPIII"), realizada em 06 de janeiro de 2022, a Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz") realizou um aumento de capital no valor de R\$ 60.000, correspondente a 60.000.000 de ações ordinárias na EAPIII, com

renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações. O aporte financeiro por parte da Foz foi realizado em 17 de janeiro de 2022. Com o aumento de capital realizado a acionista Alupar Investimento S.A. ("Alupar") passou a deter 36,79%, a AF 0,04% e a Foz 63,18% do capital social da EAPIII.

A Diretoria

Contadora: Patrícia Nalini Sávio Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Relatório dos Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Foz do Rio Claro Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Foz do Rio Claro S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Empréstimos, financiamentos e debêntures e cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"):** Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui passivos financeiros significativos por contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$ 611.981 mil. A Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("covenants financeiros") em conexão com esses contratos. O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e suas alterações, recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11. Baseados no resultado dos

procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes *covenants* financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

